



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Andrade Nobre de, Ângela

A criança na sociedade contemporânea: do ainda não ao cidadão em exercício

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 11, núm. 1, 1998, p. 0

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18811110>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A criança na sociedade contemporânea: do 'ainda não' ao cidadão em exercício¹

Angela Nobre de Andrade²
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

A sociedade contemporânea desenvolveu uma concepção de infância, instituída tanto pelo Estado moderno como pelas teorias psicológicas do desenvolvimento, em que a criança é vista como um 'ainda não'. Esta moratória infantil remete a criança para o lugar de objeto em um processo macrosocial encaminhado a uma futura sociedade ideal. Nos últimos anos, tem surgido uma preocupação com a participação da criança nos programas e intervenções psicosociais. Efetivar esta participação implica em um outro modo de conceptualização da infância, em que a criança é potencializada como agente de instituição e transformação da sociedade em que está inserida.

Palavras-chave: Criança, sociedade e cidadania.

The child in contemporary society: from 'not yet' to the exercise of citizenship

Abstract

Contemporary society has developed a conception about childhood, instituted both by the modern State and developmental psychology theories in which the child is seen as a 'not yet'. This childhood moratorium sends the child to a place of object in a macro-social process oriented to a future ideal society. In the last few years, there has been a concern with the participation of children in psychosocial programs and interventions. The implementation of this participation implies in a different conceptualization of childhood, in which children are potentialized as agents of institutionalization and transformation of the society in which they live.

Key words: children, society, citizenship.

O psicólogo na saúde pública e a falência de modelos teóricos

Podemos considerar como recente a atuação do psicólogo em saúde pública, uma vez que estes trabalhos iniciaram-se a partir da década de setenta. Mais recentes ainda, são as pesquisas ou uma produção de conhecimento mais sistemática sobre as populações brasileiras de baixa renda sócio-econômica. Até o final dos anos setenta, a psicologia era voltada, principalmente, para o

PSICOLOGIA REFLEXÃO E CRÍTICA

atendimento da classe média/alta, com ênfase nos psicodiagnósticos, baseados em testes psicológicos. Estes eram largamente utilizados no cotidiano do psicólogo em seus três principais campos de atuação: escola, clínica e indústria. Até esse momento, as questões políticas não deveriam fazer parte dos discursos ou práticas dos psicólogos e a psicologia era valorizada em seus aspectos técnicos e científicos, supostamente neutros, alienada do processo histórico e político no qual está inserida. Inúmeros são os estudos que apontam para o caráter alienante das práticas psicológicas desenvolvidas no Brasil, edificadas e voltadas, quase que exclusivamente, para uma psicologia técnico-científica. Entre eles podemos citar, para um aprofundamento desta realidade, autores como Lorenço Filho (1971), Penna e Schneider (1973), Pessoti (1988), Campos (1994), Lupo (1995) e Andrade (1996).

A ausência de uma leitura histórica-social nas interpretações teóricas da psicologia é apontada por Leite (1994), quando este avalia, criticamente, a regulamentação da profissão, em 1962, como uma forma de atender à demanda de explicar e justificar um sistema social injusto e excludente. *"Demorou meio século para a gente começar a entender por que é que uma criança vai mal na escola: muito menos por uma questão intrínseca, e mais por fatores pedagógicos, sociais, etc. Então fica claro que a profissão foi criada para dar conta das razões do próprio sistema"* (Leite, 1994, p. 65).

A orientação predominante dada à formação em psicologia aparece claramente nos dizeres da Lei nº 4119, de 1962, que dispõe sobre a profissão: "Constitui dela (profissão de psicólogo) função privativa a utilização de métodos e técnicas psicológicas, com estes objetivos: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento." Este último objetivo se refere à psicologia clínica, cujos termos 'clínica' e/ou 'terapia' tiveram de ser omitidos a fim de uma conciliação com a classe médica e conseqüente aprovação da Lei. Os termos da lei remetem, diretamente, para uma função adaptacionista da psicologia (orientação, seleção, ajustamento, etc), assim como para o caráter predominantemente técnico da formação. Entretanto, se esta começou assim, os embates foram se intensificando ao longo dos anos e, apesar do currículo mínimo permanecer o mesmo, a ênfase dada na formação se alterou completamente.

Resumidamente, podemos dizer que houve um peso grande na formação do psicólogo, durante as décadas de 60 e 70, da psicologia experimental, com ênfase nos psicodiagnósticos baseados nos testes psicológicos e na terapia baseada na análise experimental do comportamento; esta foi, aos poucos, perdendo o lugar predominante para as novas práticas clínicas de concepção psicanalítica ou fenomenológico-existencial. Nesse período, a preocupação dos Conselhos era com a fiscalização do uso de testes e com o *marketing* da psicologia no sentido de promover a profissão no país. Para os dirigentes dos Conselhos, o importante era a valorização dos aspectos técnicos e profissionais do psicólogo e sua promoção social, a fim de criar uma "imagem da necessidade" do psicólogo junto à população. As questões políticas não deveriam fazer parte dos discursos ou práticas dos psicólogos. A valorização da psicologia em seus aspectos técnicos e científicos, alienada do processo histórico e político no qual está inserida, aparece ainda hoje em alguns depoimentos avaliativos da profissão: *"Nos últimos anos, se alguma coisa pode ser dita é que as entidades têm pecado pela ausência, têm feito pouca promoção do psicólogo. Se algo pode ser tirado como moral da história é que talvez tenhamos nos esquecido de uma lição que os primeiros Conselhos aprenderam - e bem: precisamos fazer o nosso marketing, precisamos insistir junto aos poderes constituídos..."* (o agravamento dos problemas sociais sérios nos anos 90) *certamente não teria acontecido se nesses últimos 10, 20 anos os psicólogos fizessem menos política e mais Psicologia!"* (grifos meus) (Pfromm Netto, 1994, p. 70).

A psicologia é vista aqui como um produto técnico a ser oferecido e consumido pela população. Para que esta oferta seja bem sucedida, o psicólogo deve ignorar qualquer crítica sobre as conseqüências de sua atuação (deve ser 'a-político') e compactuar com os poderes instituídos a fim de garantir a reprodução do sistema social.

A herança de um 'experimentalismo puro e desinteressado', característico das ciências exatas, predominou durante muitos anos na produção dos 'psicólogos cientistas brasileiros'. As

PSICOLOGIA REFLEXÃO E CRÍTICA

tentativas de aproximação desse conhecimento laboratorial e experimental aos problemas práticos da sociedade iniciam-se na década de 60. Porém, ainda sob influência da cientificidade, desembocam numa produção maciça de testes psicológicos e instrumentos de medida escrupulosamente construídos; ou seja, a construção de um conhecimento 'a partir' da demanda da população não chega a se concretizar, pois se mantém o mesmo ideário científico de reserva e distanciamento necessários para medição e controle do objeto. *"No lugar do escrúpulo metodológico-experimental de controle das variáveis, (a psicologia) passou a cultivar o escrúpulo quantitativo das avaliações e medidas precisas e significativas e do rigoroso tratamento estatístico dos dados obtidos. Pode-se até afirmar que apenas a psicoterapia fugiu à regra da escrupulosidade compulsiva, mas isso porque procedia de uma outra tradição, mais antiga e talvez por isso menos limitada pelas preocupações de controle e medição, a medicina"* (Penna & Schneider, 1973, p. 165).

O final da década de setenta é marcado por fortes confrontos. Trata-se de um momento de rupturas em todo o sistema social, que surge com o fim da ditadura, e da emergência do componente político influenciando na atuação e questionamento dos psicólogos. Abre-se um espaço para as primeiras reflexões políticas dentro das práticas psicológicas e a década de oitenta assiste o surgimento de uma nova problemática na psicologia: a crise de identidade do psicólogo. Arrancado do seu papel técnico e cientificista, sustentado por uma suposta unidade da psicologia, o psicólogo brasileiro se vê diante de uma série de questões político-sociais que atravessam o fazer psicológico e apontam para o caráter alienante das práticas tradicionais. Segundo o depoimento de Carlos Leite (membro da primeira chapa de oposição no Conselho que ganhou em 1980), a categoria de psicólogos era extremamente conservadora: *"Acho que nossa eleição refletiu mais um momento de reação contra a ditadura, um esforço concentrado para sair do lodo, mas não que a categoria tivesse tido uma visão política"*, (Leite, 1994, p. 87).

A partir desse momento, as questões mudam de foco. Qual deve ser a função da psicologia? Criar necessidades do profissional no mercado de trabalho através de práticas alienadas ou tentar escutar a real demanda da população brasileira? Reproduzir o sistema sócio-econômico, sob a capa de neutralidade científica, ou funcionar como dispositivo de transformações sociais? Como construir práticas que atendam a real demanda da população?

É nesse contexto que o psicólogo inicia sua inserção na saúde pública e se vê completamente perdido, uma vez que seu arsenal teórico - importado do primeiro mundo e considerado dogma - não se sustenta mais. O psicólogo toma consciência de que desconhece as problemáticas, dores e necessidades da maioria da população brasileira, assim como não se encontra equipado, teórico e metodologicamente, para atuar junto a estas populações. (CRF, 1988; CRP-06, 1994).

Inicia-se, assim, um movimento angustiante de redefinição do lugar e função das práticas psicológicas. No cotidiano com as populações de baixa renda, o psicólogo brasileiro aprende que a concepção de homem, norteadora das teorias dominantes até então, cai por terra perante a subjetividade brasileira. No lugar de identidades fixas a serem diagnosticadas a partir de modelos pré-determinados, ele encontra uma processualidade que escapa a qualquer tentativa de enquadramento. O discurso intelectualizado e abstrato do teórico não funciona com estas populações.

As experiências frustrantes das práticas tradicionais junto a estas populações geraram uma série de explicações que estão presentes, de um modo bastante forte, ainda hoje, no imaginário de muitos psicólogos. A utilização da medida em psicologia - testes psicológicos - tem funcionado, em muitos casos, como uma capa protetora perante a emergência da diferença, na medida em que a classifica como desvio ou *anormalidade*. (Patto, 1997; Moysés & Collares, 1997). Desta forma, muitos trabalhadores em saúde pública, ao invés de se arriscarem na criação de novos modos de práticas psicológicas, efetivadas junto às populações, preferiram permanecer sob a proteção do modelo teórico, justificando seu fracasso em função de impossibilidades da própria população. Esta passa a ser vista como carente de tudo, até mesmo de inteligência. São consideradas, por estes agentes de saúde, populações desvalidas, fracas, que não têm condições emocionais e/ou intelectuais para o enfrentamento dos problemas. Esses agentes desconhecem

PSICOLOGIA REFLEXÃO E CRÍTICA

as potencialidades das populações e desenvolvem trabalhos assistencialistas, sustentados no modelo médico-curativo, instituindo uma marginalidade e um preconceito difíceis de serem transmutados (Freitas, 1994, 1997; Patto, 1992; Mello, 1992).

Paralelamente, entretanto, encontramos profissionais que têm se preocupado em funcionar como agentes de transformação social e, para tal, necessitam não somente conhecer as necessidades da população com a qual trabalham, mas construir ou criar práticas que emergem nos encontros. Não se trata de levar propostas prontas, baseadas naquilo que supomos ser problemático para o outro, mas efetivar as práticas no cotidiano daquele grupo ou comunidade. A produção de conhecimento aqui não é do especialista, mas advém do encontro, advém das trocas que permitem efetivar um conhecimento gerenciado pelas singularidades ali presentes. Conhecimento que não é produzido a partir de uma relação objetiva - a população é objeto de estudo do psicólogo - mas por um envolvimento naquele cotidiano, um envolvimento com aquelas pessoas e suas problemáticas específicas.

Este outro modo de pensar a atuação do psicólogo tem conformado pesquisas e trabalhos de intervenção em algumas regiões do Brasil. Uma pesquisa de grande porte foi desenvolvida em Belo Horizonte, junto a famílias de diferentes níveis sócio-econômicos, por professores do Departamento de Psicologia da UFMG, junto à Associação Municipal de Assistência Social (AMAS). Este trabalho conclui ser de fundamental importância contrapor a diversidade e dinâmica familiar à ideia de um modelo idealizado ou normal. Os problemas emergentes diferem não somente de uma comunidade para outra, mas também entre as diversas famílias de uma mesma comunidade (AMAS, 1995).

Criança potencializada ou objeto excluído

Nos trabalhos com famílias, podemos identificar uma problemática que permeia nossa sociedade e vem sendo sustentada por um imaginário social, que pensa a criança como um 'ainda não', algo que se tornará sujeito um dia (quando adulto). De acordo com a pesquisa acima, a criança é considerada um "pedaço de seus pais". A análise dos resultados indica que a criança, enquanto extensão dos pais, não é vista como sujeito que tem direitos próprios, independente de seus genitores. Assim, é muito precária a noção do direito da criança à pensão alimentícia e ao convívio com os pais. O que se observa, nas histórias familiares, é a banalização de uma sequência de abandonos que, começando com os adultos, acaba trazendo efeito para a vida da criança que, assim, é transformada em pivô do drama familiar (AMAS, 1995). Esta sequência de abandonos fica atenuada pela reciprocidade de trocas dentro do sistema familiar materno que provê vínculos fortes entre adultos/ crianças/ jovens. Mas um vínculo onde a criança aparece como um 'ainda não'.

Essa 'infantilização' da criança não é natural nem generalizável a todas as sociedades. Ao contrário, ela é bem datada e instituída através de políticas sociais introduzidas pelo Estado, a partir do século XVIII. Ariès (1988), nos apresenta um estudo aprofundado destas políticas e motivações governamentais na instituição histórico-social da criança e da família. O autor nos mostra que na civilização medieval, ou até o início da época moderna, a criança passava a ser independente, cuidar de si mesma e frequentar o mundo dos adultos como uma igual, pouco depois do desmame, por volta dos sete anos.

O processo de infantilização se inicia a partir de um interesse acentuado pela educação da criança, desenvolvido pelo Estado, com objetivos de assegurar uma população adulta saudável, adaptada e produtiva. Essa política aguça o interesse dos eclesiásticos e higienistas, que se apresentavam antes de tudo, como moralistas. A família deixa de ser capacitada a educar os filhos e estes passam a ser educados sob a tutela da escola. *"A aprendizagem tradicional foi substituída pela escola, uma escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida pela justiça e pela política"* (Ariès, 1988, p.277). A criança deixa de ser educada no coletivo da 'grande família' medieval pois os pais passam a assumir a responsabilidade de enviar as crianças bem cedo para a escola, incorporando as lições dos moralistas.

PSICOLOGIA REFLEXÃO E CRÍTICA

A partir desse momento, a criança passa a ser considerado um ser inacabado, objeto de normas submetida a uma hierarquia rigorosa a fim de se tornar, amanhã, um adulto completo e bem conformado. *"Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos"* (Ariès, 1988, p. 277).

Esta concepção de criança permanece viva na atualidade e permeia as teorias psicológicas, pedagógicas, educacionais, entre outras, que subsidiam as políticas, projetos e ações governamentais em nossas sociedades ocidentais (Vilhena, 1992). Podemos observar que esta problemática vem sendo levantada também em alguns países europeus, como por exemplo nas publicações recentes da revista 'Infancia y Sociedad' (1992). As crianças são consideradas como 'menores' ou 'ainda não cidadãos' e o tema infância, enquanto política de ação social, está agrupado em família, educação ou saúde. A infância, como realidade social, tem freqüentemente permanecido afastada e excluída das reflexões sobre problemas sociais e qualidade de vida representada nas aspirações sociais coletivas (Seminário Europeu, 1991).

A moratória infantil (o ainda não) faz com que a criança esteja sempre em lugar de objeto em um processo macrosocial encaminhado a uma futura sociedade ideal. Nos últimos anos, observamos um movimento no sentido de considerar a criança um sujeito portador dos direitos do homem. Entretanto, o desconhecimento das potencialidades sociais infantis - uma vez que estas nunca foram devidamente investigadas - gera uma ambigüidade e confusão sobre a competência da criança para exercer seus direitos com independência (Figueira, 1992). Esta ambigüidade aparece tanto nos países subdesenvolvidos como nos desenvolvidos. Nos primeiros, a ausência de uma educação pública e a forçosa entrada da criança no mercado de trabalho impedem que milhões de crianças adquiram a aprendizagem necessária para serem cidadãos de pleno direito. Nos segundos, o longo período de escolarização, e como consequência, a dependência dos jovens de seus pais tende a destruir e asfixiar o potencial espontâneo, criativo e inovador de uma população infantil cada vez mais reduzida (Wintersberger, 1992).

As teorias psicológicas tendem a construir e reforçar essa imagem da infância como um 'ainda não', na medida em que trazem uma idéia de ascensão gradual em sentido qualitativo, passagem de estados de imperfeição a estados de perfeição, de imaturidade para maturidade, de incapacidade para capacidade. "O conhecimento psicológico, que tem tido enorme importância em definir a criança, traz implícita uma espécie de intencionalidade que equivale a dizer, de forma um tanto polêmica, que o objetivo final da psicologia é curar as crianças de suas infâncias" (Qvortrup, 1992, p.178). Neste sentido, a psicologia funcionou como importante aliada do Estado moderno quando este, em função da industrialização, retira a criança do mercado de trabalho. Ao retirar da criança seu poder de trabalho, o Estado reforça a idéia de proteção e controle da infância assim como a ideologia de que a criança pertence aos pais, cabendo a estes a principal responsabilidade sobre aquele futuro adulto³. A criança nunca é considerada individualmente, mas é condenada a uma situação de minoridade, baseando-se em um juízo coletivo que, por sua vez, se baseia em postulados do modelo psicológico de criança. Trata-se de uma zona de difícil atuação junto às crianças, pois existe pouca distância entre a proteção à criança por parte da sociedade e a proteção da sociedade contra a criança.

De acordo com Qvortrup (1992), os historiadores e observadores contemporâneos vêem as crianças como vítimas inocentes e indefesas de forças que elas não entendem e sobre as quais não têm a menor influência. Às vezes, ainda as descrevem como instrumentos de forças políticas, econômicas e sociais incontroladas, que abusam das crianças por problemas de adultos (desde o simples abandono, passando pela prostituição, trabalho infantil, entre outros, até formar grupos revolucionários ativos com armas nas mãos). Perante esta combinação de vulnerabilidade e exploração, é compreensível que os movimentos e organizações políticas e humanitárias tenham se comprometido com uma causa e um denominador comum: a *proteção* das crianças.

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

A atenção crescente aos direitos da criança fez surgir uma novidade na atual preocupação com o mundo infantil: a importância da *participação* dessa população no que se refere aos programas e intervenções psicossociais. Sem a participação das crianças os programas são geradores de marginalidade e controle. Na cultura contemporânea parecemos ansiosos em subestimar o potencial das crianças, na medida em que aceitamos, sem maiores questionamentos, a naturalização dessa impotência e seu conseqüente fatalismo.

Apesar de estarmos vivendo uma preocupação comum, com relação à maior participação da criança, a realidade brasileira apresenta características diferentes da européia em que a criança sempre foi alijada dos programas sociais que visavam, prioritariamente, outras classes sociais como idosos, desempregados, entre outros. Em nosso país observamos, já há alguns anos, programas e intervenções sociais junto a meninos de rua devido, principalmente, à situação de risco em que estão submetidos. Os resultados destas intervenções são fundamentais para compreendermos as representações sociais destas crianças, seus modos particulares de enfrentamento dos problemas, assim como valores e expectativas. Entretanto, para que transformações sociais efetivas ocorram, estas devem ser acompanhada por uma mudança de mentalidades e valores. Para tal, devemos fazer um movimento intenso para compreender:

- 1 - O fenômeno social e psicossocial da conceptualização da infância.
- 2 - As representações sociais que os adultos fazem das crianças, suas necessidades e problemas.
- 3 - As implicações do conceito 'qualidade de vida' referido à infância, que exige, como componente fundamental, a participação da criança.

Faz-se necessário trazer à luz conhecimentos que desmistifiquem as concepções naturalísticas dominantes para que, de fato, possamos redefinir o conceito de participação a partir de uma transformação dos valores dominantes em nossa sociedade.

Pensamento modelar versus pensamento processual

Observa-se uma tendência em analisar ou refletir sobre as diversas influências - familiares, escolares, políticas sociais - sobre a criança, mas jamais procuramos investigar os desafios e as influências colocados pela criança sobre a família, às instituições escolares ou a própria sociedade. As pesquisas e intervenções junto às comunidades de baixa renda, por exemplo, tendem a visar as estratégias de enfrentamento das famílias, das mulheres e até mesmo dos jovens, porém são quase inexistentes os trabalhos que procuram investigar as estratégias de enfrentamento das próprias crianças.

Podemos observar, entretanto, no cotidiano dessas famílias, uma diversidade de funções exercidas pelas crianças que vão desde o trabalho doméstico (cuidar dos irmãos mais novos, cozinhar, varrer, etc.), passando por pequenos biscoitos, até trabalhos permanentes. Esses dados aparecem em uma pesquisa que vem sendo desenvolvida junto a uma comunidade de baixa renda, próxima à Vitória, ES. Trata-se de uma proposta de intervenção que se desenvolve com 47 crianças, na faixa de 8 a 13 anos, totalizando 44 famílias. Estas crianças têm uma participação ativa tanto na comunidade quanto no próprio processo de intervenção. Os parâmetros norteadores deste processo advêm não somente das problemáticas levantadas pelas famílias, como também daquelas apontadas pelas crianças. O trabalho está ainda no início porém, já é possível perceber o grau de intensa inserção das crianças naquela comunidade, o conhecimento que produzem sobre os diversos acontecimentos, as questões levantadas (nem sempre convergentes com as familiares) e os variados e criativos modos de enfrentamento dessas problemáticas. O modo como cada criança lida com as diversas situações é, ao mesmo tempo, instituído pelos valores e crenças presentes naquele grupo e instituinte de novos olhares ou novas formas de enfrentamento dos problemas pelo grupo (Andrade & Freitas, 1997).

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Em sua pesquisa com famílias de baixa renda sócio-econômica, Gomes (1992) destaca, em sua análise, a importância dos filhos mais novos na inserção dos pais nos centros urbanos. De acordo com a autora, observamos aqui, claramente, uma 'inversão da hierarquia familiar', na medida em que são os filhos que funcionam de 'bússola' para os pais. *"De fato, numa idade bastante precoce os adolescentes, e até mesmo as crianças, já dominam o meio físico e social melhor do que os adultos de sua família. Eles são mais desembaraçados, sentem-se mais à vontade na cidade, e nela se deslocam sem receio, por lugares distantes..."* (Gomes, 1992, p. 101).

As crianças trazem constantes desafios para os familiares na medida em que experienciam os acontecimentos de um modo diferente e elaboram explicações diversas, e muitas vezes antagônicas, daquelas construídas pelos pais. Ou seja, não existe uma correspondência linear na herança das ideologias e crenças dos pais e dos filhos. Ao contrário, observamos um embate constante e desafiante em que novas estratégias de enfrentamento dos problemas vão surgindo conjuntamente com mudanças valorativas. Ao negarmos à criança o direito de se pronunciar enquanto sujeito, despotencializando-a de qualquer ação, dificultamos a emergência de transformações importantes que podem advir de sua participação no processo psicossocial.

Esta preocupação com o potencial criativo, participativo e transformador da criança tem estado presente nos estudos de alguns autores, que questionam concepção predominante de criança e trazem novos subsídios para estarmos pesquisando e trabalhando junto a esta população. De acordo com Jobim e Souza (1994), faz-se necessário uma ruptura com a representação desqualificadora, de que a criança é alguém incompleto, alguém que se constitui num vir-a-ser no futuro. Trata-se, antes, de situá-la *"no espaço em que o tempo se entrecruza entre presente, passado e futuro, rompendo, desse modo, com a noção de tempo vazio e linear que flui numa direção única e preestabelecida. A criança não se constitui no amanhã: ela é hoje, no seu presente, um ser que participa da construção da história e da cultura de seu tempo"* (Jobim e Souza, 1994, p.159).

Pensar a criança como um cidadão com direitos e deveres e não um 'vir a ser', implica entretanto, em outro modo de conceber a sociedade e a vida humana. A sociedade ocidental tem um modo de pensamento predominantemente modelar, ou seja, pensa a vida a partir de modelos, criados como ideais, e utilizados tanto para explicar os comportamentos humanos, como para sustentar os valores de bom, mau, saúde, doença, normal, marginal, entre outros.⁴ Entretanto, este pensamento somente se sustenta quando concebemos o outro enquadrado em referenciais identitários fixos e pré-determinados socialmente. A teoria da evolução, assim como algumas teorias psicológicas, não somente reforçam este modo de conceber a vida, como instituem modos de estar no mundo condizentes com este pensamento modelar.

Assim, tudo que escapa aos padrões é considerado desvio, ou 'um menos' ou 'ainda não' que precisa se enquadrar ou evoluir até o modelo estabelecido como ideal. As tribos indígenas são consideradas grupos sociais primitivos em processo civilizatório de evolução, elas 'ainda não são', as crianças são concebidas de modo parecido e, finalmente, aquele que não se pauta pelos comportamentos modelares, é considerado louco ou desprovido de razão. Esquecemos aqui, que todos os conceitos e valores são criações sociais e não, fatos naturais. São interpretações criadas por seres humanos em determinados contextos sócio-históricos e, como tais, podem e devem ser constantemente questionados e transmutados.

Em contraposição a este pensamento, podemos nos remeter a um pensamento processual, em que não existe uma forma pré-fixada, mas uma construção permanente. A vida é concebida como um processo de embate de forças em que, a cada momento, forças diferentes dominam e instituem determinada configuração. Esta não é eterna, mas contextual e transmutável⁵. Não se trata de um processo evolutivo - do menos ou primitivo para o completo ou maduro - uma vez que estes conceitos são apropriações de forças instituindo valores sociais. Trata-se, antes, de uma processualidade que experiencia a diferença como imanente à vida e não como transcendente e/ou conseqüente. Assim, se concebermos a produção de diferença como imanente à vida, os modelos vêm somente capturar esta produção para que o humano possa se

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

constituir, para que se torne possível comunicação e vida social. Se estes valores são fundamentais para a sobrevivência social, eles não são verdades imutáveis e devem ser transmutados no momento em que surjam outras sensibilidades ou outros modos de estar no mundo.

Criando outras sensibilidades: o acolhimento a alteridade.

A criança nos surpreende, constantemente, com modos criativos e inesperados de abordar uma série de questões. Entretanto, consideramos modos ingênuos ou primitivos do pensamento, algo diferente dos padrões formais de elaboração de questões e/ou explicações para os acontecimentos. O que esta faz ou diz é, quando muito, interessante, curioso, pois trata-se de um 'ainda não'.

Algumas pessoas pensam e criam outros modos de estar no mundo. Manifestam esses modos em ações, que são mais ou menos acolhidas, conforme o grau de ameaça aos padrões dominantes em determinados contextos. Se a ameaça é grande, são considerados loucos e excluídos do convívio social. Trata-se da des-razão.

Para que possamos efetivar a participação da criança nos programas de transformações sociais, precisamos questionar estes valores que consideram a diferença como algo menor ou um desvio. Ou seja, devemos nos perguntar se o nosso pensamento dominante, modelar e excludente, tem conduzido à conformação de uma sociedade justa e igualitária. O conceito de participação implica em uma potencialização conjunta em que não existe um objeto a ser estudado e/ou transformado, mas todos os envolvidos produzem algo a partir dos encontros. Para que possamos funcionar como dispositivos de transformação social, junto às comunidades, precisamos, em nossas intervenções, estar acolhendo a produção do outro em sua diferença, e não, transformá-la naquilo que valorizamos como adequado. Estar neste lugar significa estarmos em um movimento de mudança permanente, em que afetamos e somos afetados e, nesse processo, todos somos instituídos.

Até que ponto nos deixamos afetar e nos transformar a partir desses encontros ou, ao contrário, esperamos sempre que a criança se transforme para se adequar aquilo que habituamos a considerar bom ou ideal para o ser humano?

Nosso pensamento contemporâneo tende a funcionar a partir de ideais e modelos generalizáveis. Entretanto, ao nos situarmos nesse modo de representação, perdemos o movimento e a riqueza do inesperado, cristalizamos a nós mesmos e ao outro. O mundo da criança não está ainda sedimentado nas 'verdades eternizadas' do mundo adulto. *"Quando a criança se apropria da linguagem, revelando seu potencial expressivo e criativo, ela rompe com as formas fossilizadas e cristalizadas de seu uso cotidiano, iniciando um diálogo mais profundo entre os limites do conhecimento e da verdade na compreensão do real"*(Jobim e Souza, 1994, p.159).

Nos trabalhos de intervenção junto às crianças e familiares, parece-me fundamental, que nos despojemos do lugar de especialista, do lugar de quem sabe o que é bom para o outro. Ao permanecermos neste lugar, não acolhemos a participação, não funcionamos como agentes promotores de saúde, mas como agentes reprodutores da exclusão social.

Referências

AMAS (Associação Municipal de Assistência Social) (1995). *Famílias de crianças e adolescentes: diversidade e movimento*. Belo Horizonte, AMAS.

PSICOLOGÍA REFLEXÃO E CRÍTICA

Andrade, A.N. & Freitas, M.F.Q. (1997) *Processo saúde-doença na perspectiva cotidiana de uma comunidade da Serra-ES*. Pesquisa em andamento, desenvolvida no Depto de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES.

Andrade, A.N. (1996) *A angústia frente ao Caos: um estudo genealógico da formação do psicólogo clínico*. Tese de Doutorado, PUC/SP, São Paulo.

Ariès, P. (1988) *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Guanabara.

Campos, R.H.F. (1971) Notas para uma história das idéias psicológicas em Minas Gerais. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*. RJ, 23 (3): 143-146.

Figueira, S.A. (1992) A família de classe média atual no Rio de Janeiro. In: *Psicologia USP*. v. 3, n.1/2, 83-92.

Freitas, M.F.Q. (1994) Prácticas en comunidad y psicología comunitaria. In: M. Montero, (coord.) *Psicología Social Comunitaria*. Universidad da Guadalajara, México.

Freitas, M. F. Q. (1997). Psicología social comunitaria y otras prácticas psicológicas: diferencias identificadas en la perspectiva de los profesores de psicología, en la región sudeste del Brasil. In: M. Montero. (coord.) *Psicología e comunidad*. Universidad Central de Venezuela, Venezuela.

Gomes, J.V. (1992) Família e socialização. In: *Psicologia USP*. v.3, n. 1/2, 95-106

Jobim e Souza, S. (1994) *Infância e linguagem*. Campinas, SP, Papirus.

Leite, S. (1994) Depoimento. In: *Uma profissão chamada Psicologia (CRP-06, 20 anos)*. Conselho Regional de Psicologia, São Paulo.

Lourenço Filho. (1971) A psicologia no Brasil nos últimos 25 anos. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 23 (3) 147-151 Rio de Janeiro.

Lupo, E.M.N.G. (1995) *Uma instituição, um rio: histórias de mútuo engendramento*. Dissertação de Mestrado, Universidade Paulista, São Paulo.

Mello, S.L. (1992) Classes populares, família e preconceito. In: *Psicologia USP*. V.3, N. 1/2, 123-130.

Moysés, M.A.A. & Collares, C.A.L. (1997) Inteligência abstraída, crianças silenciadas: as avaliações de inteligência. In: *Psicologia USP*. v.8, n. 1, 63-90.

PATTO, M.H.S. (1992). A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. In: *Psicologia USP*. v.3, n. 1/2, 107-122.

Patto, M.HS. (1997). Para uma crítica da razão psicométrica. In: *Psicologia USP*. V.8, N. 1, 47-62.

Penna, A.G. & Schneider, E. (1973) Formação e exercício da profissão de psicólogo. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*. Rio de Janeiro, 25 (1): 163-169.

Pfromm Netto, S. (1994) Depoimento. In: *Uma profissão chamada Psicologia (CRP-06, 20 anos)*. Conselho Regional de Psicologia, SP, São Paulo.

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Pessoti, I. (1988) Notas para uma história da psicologia brasileira. In: *Quem é o psicólogo brasileiro?* CFP, SP, Edicom.

QVORTRUP, J. (1992) O niño como sujeto y objeto: Ideas sobre el programa de infancia en el Centro Europeo de Viena. In: Revista de Estudios *Infancia y Sociedad*. n.15, mayo-junio.

Seminário Europeo (1991) *Investigacion y politicas de infancia en Europa en los años 90*. Estudios. Ministério de Asuntos Sociales.

Wintersberg, H. (1992) La infancia y el cambio. Condiciones de la infancia en la Europa actual. In: Revista de Estudios *Infancia y Sociedad*. n.15, mayo-junio.

¹ Trabalho apresentado no II Encontro Nacional de Psicologia Comunitária em 1997.

² Endereço para correspondência: anobre@nutecnet.com.br.

³ Sobre a constituição moderna de infância e família consultar: ARIÉS, P. (1981) *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Guanabara; COSTA, J.F. (1983) *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal e DONZELOT, J. (1980) *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro, Graal.

⁴ Leituras aprofundadas sobre o pensamento modelar herdado e suas consequências na instituição das sociedades ocidentais podem ser encontradas em: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1992) *O que é filosofia?* Rio de Janeiro, Editora 34; DELEUZE, G. (1986) *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro; FOUCAULT, M. (1985) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.

⁵ Este modo de avaliar a vida, assim como os conceitos de 'embate de forças', 'transmutação de valores', entre outros, foram desenvolvidos por Nietzsche e podem ser encontrados em: *Nietzsche*. col. Os Pensadores, São Paulo, Abril Ed. 1983